CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

MELHORES PROJETOS

TCE-GO vai escolher diretores, gerentes e secretários por meio de seleção interna

Postado em 27 de novembro de 2018 às 8:06

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás vai usar como critério para escolha de secretários, diretores e gerentes de unidades diretamente ligadas à presidência para o biênio 2019/2020 a apresentação dos melhores projetos para as respectivas unidades. Poderão se inscrever para o processo interno os servidores que se sentirem aptos a contribuir para a próxima gestão e que não tenham impedimentos junto à Corregedoria do TCE-GO.

No caso de secretário de Controle Externo, é necessário que o interessado pertença à carreira de Analista de Controle Externo, e para a Ouvidoria é pré-requisito que seja "ocupante de cargo de nível superior, efetivo, com conhecimentos em Administração Pública e sua fiscalização, especialmente controle social e o sistema Tribunal de Contas, bem como sobre a estrutura e atribuições das unidades organizacionais da Corte de Contas". Os atuais ocupantes dos cargos poderão concorrer às vagas, caso desejarem.

As inscrições deverão ser feitas no período de 26 de novembro a 5 de dezembro do corrente ano, mediante o envio de currículo acadêmico -profissional, projeto simplificado e manifestação da área de interesse. O processo seletivo será sigiloso e em duas fases.

Na primeira, serão analisados o currículo e o projeto que deverá conter os principais aspectos que, na visão do candidato, serão capazes de ampliar a contribuição da Unidade Administrativa para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição. Os selecionados para a etapa seguinte serão convocados e informados sobre a data, hora e local para realização de entrevista, com duração máxima de quarenta minutos.

Presidente eleito do TCE-GO, o conselheiro Celmar Rech explica que o objetivo da seleção é oportunizar a todos os servidores contribuir para o sucesso da próxima gestão, manifestando a área de atuação de interesse e suas propostas para o aprimoramento da unidade.

DIÁRIO DA MANHÃ 27/11

DIVULGAÇÃO



Lívio Luciano: deputados buscam aprimorar projeto de incentivos

Relator apresentará projeto alternativo para reinstituição de incentivos fiscais

Lívio participa de reunião com equipe de transição e defende mudanças na proposta do atual governo



Welliton Carlos
Da editoria de Política

O deputado estadual Lívio Luciano (Podemos) informou, ontem, que a equipe de transição do governador eleito Ronaldo Caiado (Democratas) entendeu que a reinstituição dos incentivos fiscais deve ser feita por meio de um projeto de lei.

Após uma reunião com a equipe do atual governo, o parlamentar reforçou que a discussão sobre a matéria segue de forma ampla, aberta e com o objetivo de garantir o melhor para o Estado de Goiás. "Como relator da matéria, estou participando de todas as discussões com o setor empresarial. O governador eleito Ronaldo Caiado há mais de um mês se reúne com os empresários, mostrando a necessidade de se manter a política de incentivos, mas que é preciso haver ajustes", argumentou.

De fato, em novembro do ano passado, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) expediu uma determinação para que o governo reduzisse em 12,5% os benefícios concedidos a empresas e indústrias, por meio dos diversos programas, como o Fomentar e o Produzir.

No entanto, os governos de Marconi Perillo e José Eliton (ambos do PSDB) não cumpriram a determinação e o último encaminhou projeto de lei que reinstituiu os incentivos fiscais da maneira como estão atualmente. "Ronaldo [Caiado] tem discutido com as entidades, a equipe técnica de transição tem feito maratonas de conversações com diversos segmentos das diversas atividades econômicas, ouvindo cada setor e mostrando que se tirar um pouco do benefício, Goiás continuará competitivo. Seria uma correção, um ajuste, conforme determinado pelo próprio TCE e pela situação fiscal de Goiás, que é ruim", acrescentou.

Lívio Luciano lembrou que seu relatório não será feito "a ferro e fogo" e que entende a sensibilidade da matéria. No entanto, pela proximidade com o recesso parlamentar e o próprio fim do ano, a proposta deve ser apresentada ainda nesta semana.

Para o deputado, a política de atração de empresas e fomento da economia adotada nas últimas décadas foi importante para o desenvolvimento de Goiás. "No entanto, como toda política pública, é preciso que sejam feitos ajustes, uma revisão. É o que estamos propondo, de forma aberta, transparente e pensando no cidadão goiano", asseverou.

Um dos dados mais alarmantes com relação à atual política de incentivos fiscais é o tamanho da renúncia fiscal, ou seja, o dinheiro que o governo abre mão de cobrar por meio de impostos.

Goiás é o segundo Estado no ranking de renúncia fiscal per capita, deixando de arrecadar R$ 1.132 por cada habitante, atrás apenas do Amazonas – onde se localiza a Zona Franca de Manaus. Em terceiro lugar, bem distante, está Santa Catarina, com índice de R$ 716 per capita. "Fica claro que o ajuste não vai afetar a competitividade de Goiás", arrematou o relator.

Luis Cesar critica excessos nos projetos de benefícios fiscais

Deputado do PT diz que governador eleito Ronaldo Caiado acerta ao reduzir número de benefícios concedidos a empresas



Marcus Vinícius
Da editoria de Política

Está em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), projeto do governador José Eliton (PSDB) que convalida os incentivos fiscais em vigor no Estado, através dos programas Fomentar (criado na gestão de Iris Rezende) e Produzir (iniciado nos governos de Marconi Perillo). Eliton defende que os contratos sejam mantidos, o governador eleito, Ronaldo Caiado (DEM) entende que o Estado tem que reavaliar as concessões de benefícios e defendeu junto aos deputados, com os quais se reuniu na semana passada, que aja um corte de R$ 1 bilhão nos benefícios, de maneira a equilibrar o programa e evitar evasão de receita.

Líder do PT na Assembleia Legislativa, o deputado estadual Luis Cesar Bueno (PT) concorda com a iniciativa do governador eleito, e afirma que é necessário que aja auditoria nos programas de concessão e incentivos fiscais realizados nos últimos 20 anos. "Houve uma farra de benefícios fiscais em Goiás nos últimos anos".

Luis Cesar ressalta parecer do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). "No levantamento feito por sua Gerência de Fiscalização, o TCE-GO concluiu que a média de estimativa da renúncia de receita dos estados de Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Tocantins e Bahia não passou de 5,77% em 2016, sendo o máximo de 7,39% na Bahia, enquanto Goiás apresentou 34,77%, ou seja, seis vezes maior que a média dos demais", destaca.

Para Luis Cesar houve uma farra de concessões de incentivos fiscais, mas é preciso ouvir o setor produtivo antes de qualquer decisão seja tomada. "Vou me inteirar da matéria e do relatório apresentado pelo Lívio Luciano, que é um deputado da área e capacitado para isso. Acredito que para alguns setores, é preciso sim que os incentivos sejam convalidados, mas para outros não", informa.

Fazendo uso da tribuna o presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Vitti (PSDB), que representa a cadeia produtiva do setor mineral, também se posicionou sobre o assunto. Vitti disse que o debate não pode ser superficial. "Essa discussão é feita muitas vezes de forma superficial. Não é tirando incentivos que você vai perder empresas. É importante avaliar cadeia por cadeia e dar um alívio para o caixa do Governo", estima.

O projeto de lei que convalida os incentivos fiscais em Goiás deve ser votado na primeira semana de dezembro, na Alego, após o relator do projeto, o deputado Lívio Luciano (PODE) entregar o parecer sobre o relatório. Na última sexta-feira (23/11), o governador eleito, Ronaldo Caiado (DEM) fez uma proposta aos empresários que prevê uma redução de R$ 1 bilhão anual nos benefícios fiscais, o que gerou grande discussão.

O deputado Gustavo Sebba (PSDB) também fez discurso onde defendeu ponderações entre a da proposta do atual e do novo governo, Ele disse que concorda com a extinção de benefícios em algumas situações, mas afirma que se a ideia for em frente, pode trazer grandes prejuízos para municípios goianos. "Temos que discutir alguns benefícios que talvez estejam exagerados. Tem empresas que acumulam dois ou três benefícios. Mas antes de tomar decisão, temos de discutir setor por setor, para ver qual o impacto, para ver possíveis perdas para o Estado", resume. (Com informações da Agência Assembleia)



DIVULGAÇÃO

Governo de Goiás não tem como pagar dívidas imediatas

Welliton Carlos

O cenário negativo para o Estado de Goiás é principalmente crítico no adimplemento de obrigações firmadas com a sociedade civil e servidores públicos.

As Organizações Sociais (OSs) estão em atraso com repasses e hospitais públicos sobrevivem sem material para cuidados básicos. Outros fatores tornam a situação mais dramática: as faculdades goianas reafirmam que não deverão permitir a matrícula dos estudantes em 2019 caso não sejam negociadas as dívidas com as unidades.

O senador Ronaldo Caiado costura ao lado da equipe de transição liderada pelo senador Wilder Morais (DEM) um modelo que possibilite a continuidade dos serviços públicos, apesar deles já não estarem mais em funcionamento de forma natural e exata. Existe inadimplemento em várias unidades, como nos serviços de educação, cultural, saúde e segurança pública.

Nos últimos dois meses, o Estado adotou uma postura artificial, que ao mesmo tempo reconhece a crise, mas não adota medidas para conter o agravamento.

O esgotamento orçamentário tem feito o governador eleito procurar soluções para reanimar o estado e diversas frentes: negociação com credores, encontro com gestores públicos, reunião com prefeitos, encontro com representantes do Ministério da Fazenda e do Tesouro Nacional, além do presidente eleito Jair Bolsonaro, que já estuda uma forma de auxiliar Goiás a sair da rota negativa que se encontra.

DIÁRIO DA MANHÃ 27/11

Projeto que impede remoção de veículo por débito de IPVA é aprovado em Comissão da Câmara

A Comissão de Viação e Transportes aprovou proposta que impede a retirada de circulação de veículo registrado que não esteja devidamente licenciado. Segundo o texto aprovado, a remoção do veículo ocorrerá apenas quando a ausência de licenciamento for constatada em nova abordagem do condutor no prazo de 15 dias até 12 meses após a data da primeira infração. Atualmente, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro o veículo só pode ser licenciado após a quitação de todos os tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais, vinculados ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas. O texto aprovado é um substitutivo ao Projeto de Lei 8152/17, do deputado goiano Fábio Sousa (PSDB). Originalmente, o objetivo do projeto é dar ao proprietário do veículo o direito de fazer o licenciamento anual sem a necessidade de pagamento de outros débitos (impostos e multas). O relator, deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), fez um paralelo entre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para sustentar que o não pagamento do IPTU não impede o proprietário de utilizar seu imóvel até que todos os débitos sejam quitados. Segundo ele, impedir o licenciamento anual por conta de débitos e sujeitar o cidadão a perder o direito a utilizar bem do qual é proprietário configuraria um confisco. A proposta será ainda analisada de forma conclusiva pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(Fonte: Agência Câmara de Notícias)**

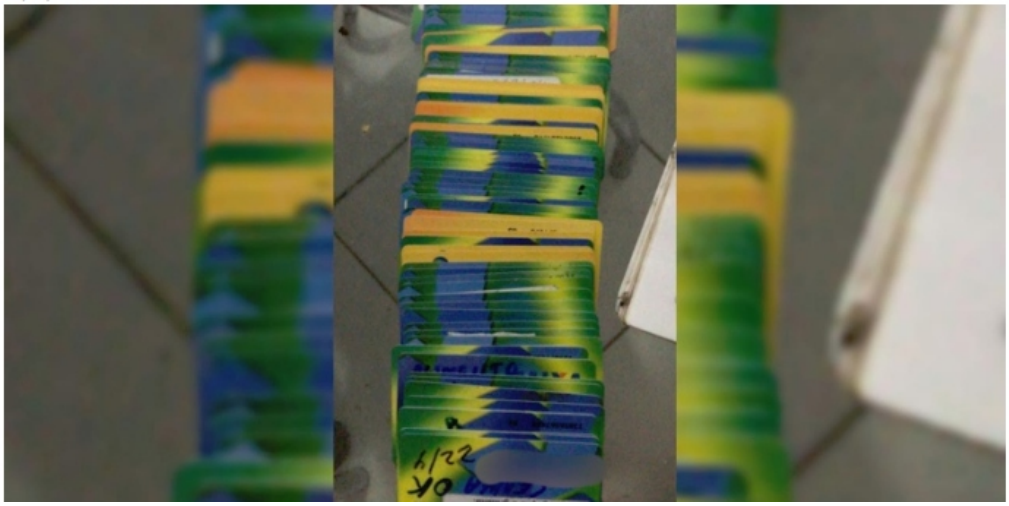


O POPULAR 27/11

Operação combate fraudes do Bolsa Família em Goiânia

A investigação apurou que servidores públicos municipais estariam acessando o sistema para alterar os dados cadastrais e incluir pessoas que não preenchiam os requisitos para receber os benefícios

27/11/2018 - 07:19



A Polícia Federal (PF) e a Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Goiânia (Semas) realizam, na manhã desta terça-feira (27), a operação Grande Família em Goiânia. A ação é pra combater fraudes no programa Bolsa Família. Estão sendo cumpridos 5 mandados de busca e apreensão na capital, inclusive na sede da Sema.

A investigação apurou que servidores públicos municipais estariam acessando o sistema para alterar os dados cadastrais e incluir pessoas que não preenchiam os requisitos para receber os benefícios. Ficou constatado que em um só endereço haviam sido cadastradas 13 famílias que não deveriam fazer parte do programa Bolsa Família.

Os investigados poderão responder pelos crimes de estelionato e inserção de dados falsos em sistema de informações, com penas que podem chegar até 12 anos de prisão.

Equipe de transição

Governo envia informações sobre funcionalismo, contratos da Saúde e Sistema de TI a Caiado

26/11/2018 17:37 ··· Por Redação ··· Edição 2263

Governador eleito pediu também dados sobre Planos de Cargos e Remunerações das diferentes categorias de servidores públicos do Executivo



Foto: Divulgação

A Equipe de Transição do governo José Eliton (PSDB) enviou na sexta-feira (23/11) e nesta segunda-feira (26/11) novas informações sobre a administração estadual solicitadas pelo grupo do governador eleito Ronaldo Caiado (DEM).

Conforme solicitado pelo coordenador da Equipe de Transição da futura gestão, senador Wilder Morais (DEM), foram enviadas planilhas com dados complementares sobre o funcionalismo, contratos em vigência na Saúde e sobre os sistemas de Tecnologia da Informação (TI) utilizados pelos órgãos governamentais.

As informações complementares sobre pessoal solicitadas por Caiado abrangem os Planos de Cargos e Remunerações das diferentes categorias de servidores públicos do Executivo; estrutura e organização do Programa de Meritocracia e realização de concursos públicos.

As planilhas sobre os contratos na área da Saúde contemplam, também de acordo com o que foi demando pela equipe do governador eleito, relação das Organizações Sociais (OS) que atuam em sistema de gestão compartilhada nas unidades de saúde com as respectivas datas de vigência.

Foram enviadas também as informações sobre os contratos de prestação de serviços da Secretaria de Estado da Saúde (SES), com os respectivos prazos de vigência, também conforme solicitado pela equipe coordenada por Wilder.

A próxima gestão solicitou também informações sobre contratos em vigência na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte (Seduce) e na Secretaria de Segurança Pública (SSP). As pastas ainda estão realizando o levantamento.

Com o compromisso de dar total transparência à transição entre as gestões, o governador José Eliton publicou no Diário Oficial de 16 de outubro de 2018 o Decreto Número 9.337, que estabelece as regras e os procedimentos para o compartilhamento de informações entre as administrações.

O decreto determina, entre seus artigos, que os dirigentes dos órgãos e das entidades da atual administração devem acompanhar o atendimento das solicitações formuladas e oferecer o apoio necessário ao desempenho dos trabalhos da equipe de transição.

Em 31 de outubro, a Equipe de Transição de José Eliton encaminhou o primeiro conjunto de informações solicitadas pelo grupo do governador eleito. Foram encaminhados por meio eletrônico, rigorosamente dentro dos prazos pactuados, 15 documentos em anexos que continham, ao todo, mais de 5,5 mil páginas de conteúdo.